RESPONSABILIDADE DO ESTADO — POLICIAL-MILITAR — AGENTE PÚBLICO

I. — Agressão praticada por soldado, com a utilização de arma da corporação militar: incidência da responsabilidade objetiva do Estado, mesmo porque, não obstante fora do serviço, foi na condição de policial-militar que o soldado foi corrigir as pessoas. O que deve ficar assentado é que o preceito inscrito no art. 37, § 6º, da C.F., não exige que o agente público tenha agido no exercício de suas funções, mas na qualidade de agente público.

II. — R.E. não conhecido.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

Recurso Extraordinário nº 160.401

Recorrente: Estado de São Paulo

Recorrido: Marino Vettori

Relator: Sr. Ministro CARLOS VELLOSO

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros do Supremo Tribunal Federal, em Segunda Turma, na conformidade da ata do julgamento e das notas taquigráficas, por decisão unânime, não conhecer do recurso extraordinário. Ausentes, justificadamente, neste julgamento, os Srs. Ministros Maurício Corrêa e Nelson Jobim.

Brasília, 20 de abril de 1999.

NÉRI DA SILVEIRA — PRESIDENTE

CARLOS VELLOSO — RELATOR

RELATÓRIO

O Sr. Ministro CARLOS VELLOSO: — Trata-se de ação de indenização, sob o procedimento ordinário, movida por MARINO VETTORI contra o ESTADO DE SÃO PAULO, objetivando ressarcimento de dano físico, incapacidade permanente, ocasionada por disparo de arma de fogo, feito por soldado da Polícia Militar.

A sentença de fls. 146/154 julgou parcialmente procedente o pedido, para condenar a ré a pagar ao autor indenização equivalente à diferença entre a incapacidade física por este sofrida e o benefício previdenciário que vem recebendo do INSS.

A Oitava Câmara Civil do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo negou provimento aos recursos da Fazenda Estadual e deu provimento ao recurso do autor, assim se manifestando o voto condutor do acórdão:

“Ora, como bem colocou o nobre Magistrado, “Se a Administração tolera tal comportamento, está a evidenciar que seleciona mal seu pessoal e lhe fornece, ainda, armamento para que situações como esta se repitam, devendo, por isso, suportar a indenização”.

“A r. sentença, ao fixar a indenização, levou em conta o benefício que o autor já percebe do INPS, o que contraria entendimento deste Tribunal já manifestado em Incidente de Uniformização de Jurisprudência (RJTJESP 92/391).

Na realidade, os princípios informativos num e noutro caso são diferentes; o benefício pago pelo INPS é apenas amparo previdenciário que é devido porque para ele contribuiu a vítima, e assume feição de caráter alimentar, mas não reparatória. Já a indenização decorrente do ilícito tem o caráter de reparação.

Assim sendo, a indenização devida ao autor corresponde ao percentual (35%) de incapacidade física encontrado pela perícia médica, sem levar em conta o benefício previdenciário que o mesmo vem recebendo do INPS.”

Interpostos embargos de declaração, foram eles rejeitados, o mesmo ocorrendo com os embargos infringentes, ambos do Estado de São Paulo.

Daí o recurso extraordinário, com fundamento no artigo 102, III, alínea a do permissivo constitucional, em que o Estado de São Paulo alega ofensa à Carta Magna: o acórdão teria violado o artigo 37, § 6º, da mesma Carta, ao atribuir responsabilidade civil ao Estado em hipótese inaplicável.

Sustenta, em síntese:

a) quando praticou o delito, o policial militar não estava fardado, nem agiu na qualidade de agente público. Não é o fato de portar arma pertencente à Corporação que vai caracterizar a responsabilidade civil do Estado;

b) se o soldado utiliza arma à revelia da Corporação, comete unicamente infração disciplinar, nada mais;

c) não houve, no caso, vinculação do ato à função pública.

Contra-razões às fls. 262/267.

Admitido o recurso, subiram os autos.

O Subprocurador-Geral da República, Dr. Roberto Monteiro Gurgel Santos, oficiando nos autos, opina pelo desprovimento do recurso.

É o relatório.

VOTO

O Sr. Ministro CARLOS VELLOSO (Relator): — O acórdão que resolveu os embargos infringentes, às fls. 249/250, assevera:

“(…)

Forte se faz a recorrente no argumento de que o autor da lesão que se quer indenizar, era soldado, mas não estava em serviço; nem fardado estava. Aduz, ainda; que a circunstância do agente portar arma oficial, não significa que, só por isso, responda a Fazenda.

O problema refoge à solução teórica, com abstração dos fatos peculiares ao caso, para se negar responsabilidade pela só circunstância de pertencer a arma ao ente público réu.

O evento ocorreu em pequena cidade do interior, Franco da Rocha. Percebe-se que ali o soldado se sentia em serviço o tempo integral, mesmo depois de despir a farda. Por isso é que foi corrigir as pessoas que levantaram a cancela da ferrovia. No entendimento havido compreende-se que o agressor se identificou como soldado.

O superior do agressor, deixando com este a arma, aceitou pudesse este agir, como em exercício, mesmo não o estando oficialmente.

Possivelmente, em consideração às circunstâncias do local, o sargento validava atuações de soldados a paisana. Dias antes, já tivera ela intervenção a paisana, com uso da arma, em uma festa (fls. 143). Seu superior foi cientificado. E o uso da arma prosseguiu sem farda. Daí a subsequente consequência.

Não se pode, das peculiaridades do quadro, afastar caráter oficial à conduta do soldado, só porque sem farda.

(...)" (fls. 249/250)

Posta assim a questão, o RE não é de ser conhecido.

Porque, conforme ficou claro no acórdão, o evento ocorreu numa pequena cidade do interior, onde "o soldado se sentia em serviço o tempo integral (...). Por isso é que foi corrigir as pessoas que levantaram a cancela da ferrovia. No entendimento havido compreende-se que o agressor se identificou como soldado."

Ademais, portava o soldado arma da Corporação. Praticou, inclusive, crime militar:

C.P.M., art. 9º, II, *f*. Isto implica presunção de militar em serviço. Esclareça-se que o preceito inscrito no art. 37, § 6º, da C.F./88 (art. 107 da Constituição pretérita) não exige que o agente público tenha agido no exercício de suas funções, mas na qualidade de agente público, conforme acentuado no acórdão do RE 62.144. Relator o saudoso Ministro Soares Muñoz.

Ora, o acórdão recorrido deixa claro que o soldado agressor agia na qualidade de agente público. E isto é bastante e suficiente para acarretar a incidência da responsabilidade objetiva do Estado, à luz do disposto no art. 37, § 6º, da C.F.

Não conheço do recurso.

EXTRATO DE ATA

RECURSO EXTRAORDINÁRIO nº
160.401-8

PROCED.: SÃO PAULO

RELATOR: MIN. CARLOS VELLOSO

RECTE.: ESTADO DE SÃO PAULO

ADV.: PGE-SP — DELFIM DOMINGUEZ FERNANDEZ FTLHO

RECD.: MARINO VETTORI

ADV.: ANTONIO MOSCA FILHO E OUTRO

Decisão: Por unanimidade, a Turma não conheceu do recurso extraordinário. Ausentes, justificadamente, neste julgamento, os Senhores Ministros Maurício Corrêa e Nelson Jobim. 2ª Turma, 20.04.99.

Presidência do Senhor Ministro Néri da Silveira. Presentes à Sessão os Senhores Ministros Carlos Velloso, Marco Aurélio, Maurício Corrêa e Nelson Jobim.

Subprocurador-Geral da República, Dr. Mardem Costa Pinto.

Carlos Alberto Cantanhede
Coordenador